

5

Conexões

Entre as conexões estabelecidas pelo o movimento homossexual brasileiro cabe ressaltar as duas que formaram a base de sustentação para que ele se mantenha vivo. A palavra “conexão” expressa de maneira mais aproximada da realidade um esforço de relacionamento que não tem sido fácil para as partes. Na verdade, trata-se de uma luta travada ao longo de décadas, que hoje assume contornos e possibilidades bem diversas do que se podia imaginar no passado.

5.1 – Conexões com o Estado

O movimento LGBT brasileiro dialoga com o poder público e essa troca tem sido muito importante para contar com subsídios e com políticas que venham a gerar benefícios para o país e para a população. Tal foi o caso do programa de combate à Aids, uma articulação realizada paralelamente ao processo de redemocratização do país, que tomou um grande vulto a partir da década de 1990.

O caso brasileiro é um exemplo no mundo e se antecipou inclusive aos Estados Unidos da América. Na época da eclosão da doença, o presidente norte-americano Ronald Reagan se recusou a agir e mover esforços para combater a epidemia. Ela era conhecida e discriminada como a “peste gay”, um flagelo que estava inicialmente acometendo uma faixa minoritária da população considerada como abjeta, que vivia em guetos e sofria discriminação e perseguição policial.¹

Enquanto isso, a formulação brasileira, estabelecida com base em uma parceria envolvendo poder público, movimento homossexual, organizações não governamentais e entidades internacionais, revelou-se extremamente eficaz e conseguiu resultados bastante concretos, reconhecidos e copiados no mundo inteiro.

¹ Essa atitude do governo norte-americano gerou forte reação por parte das minorias, que passam a gerar formas de resistência mais inteligentes e radicais como o ACT UP, que estabeleceu uma ação política direta com relação à AIDS e o *Queer Nation*, origem da palavra *Queer* associada ao movimento homossexual, rebatendo a abjeção com o conceito de nação anormal, nação esquisita ou nação “bicha”.

No século em curso, o debate sobre os direitos da população homossexual ganhou mais visibilidade, chegando a ser pautado frequentemente na mídia. É frequente a exploração sensacionalista do assunto, através de programas jornalísticos e de auditório com perfil mais popular. Mas se é pautado, corresponde à demanda da própria sociedade. A temática homossexual alavanca audiência.

Não é por menos que, em 2003, deputados e senadores constituíram pela primeira vez uma Frente Parlamentar em defesa da cidadania LGBT. Esta ação foi reproduzida em diversas assembleias legislativas e câmaras municipais brasileiras. No ano seguinte o governo federal, em parceria com a então denominada ABGLT, lançou o programa *Brasil sem Homofobia*, iniciativa que articulava diversos ministérios e instituía compromisso do governo federal com políticas públicas voltadas para a população LGBT. Pela primeira vez um evento dessa natureza, no Brasil, contou com a presença de um presidente da república, no caso, Luiz Inácio Lula da Silva (Rodrigues, 2011, p. 221)

O movimento homossexual conseguiu obter uma série de vitórias e conquistas, frutos de um esforço intensivo realizado num período relativamente curto. Lutou contra forças muito poderosas que têm se intensificado e crescido no país e que determinam entraves persistentes, tais como os que impedem a aprovação de uma legislação específica para a criminalização da homofobia. Ela foi esboçada em um projeto de lei apresentado em 2006, que propõe a criminalização de discriminações motivadas pela orientação sexual e pela identidade de gênero, equiparando-os às demais discriminações. Há também a proposta da normalização legal do casamento entre pessoas do mesmo sexo, o ‘casamento gay’, com legislação específica, isto é, que assegure os mesmos direitos e deveres estabelecidos para o casamento heterossexual.

Quanto à situação da homofobia, cabe recorrer à pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com a Rosa Luxemburg Stiftung, realizada em junho de 2008 e apresentada na publicação *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil* (Venturi e Bokany, 2011). Trata-se de um estudo abrangente e profundo sobre homofobia e como ela é percebida no Brasil. Foram entrevistadas 2014 pessoas em 150 municípios, seguindo um rigoroso critério amostral, com margem de erro de aproximadamente 2 a 3 pontos percentuais e intervalo de confiança de 95%. Segundo a pesquisa, cerca de

90% dos entrevistados acreditam haver preconceito contra LGBT no Brasil, 84% concordam totalmente com a frase “Deus fez o homem e a mulher com sexos diferentes para que cumpram seu papel e tenham filhos”, 58% concordam que “a homossexualidade é um pecado contra as leis de Deus” e 7% não aceitariam um filho *gay* e o expulsariam de casa. (Ventura, 2011, p. 199 a 201)

A homofobia é um fenômeno complexo e variado. Podemos entrevê-la em piadas vulgares que ridicularizam o indivíduo efeminado; no entanto, ela pode revestir-se também de formas mais brutais, chegando inclusive à exterminação, como foi o caso na Alemanha nazista. Como toda forma de exclusão, a homofobia não se limita a constatar uma diferença: ela a interpreta e tira conclusões materiais. Assim, se o homossexual é culpado do pecado, sua condenação moral aparece como necessária, e a purificação pelo fogo inquisitorial é uma consequência lógica. Se seus atos sexuais e afetivos são tidos quase como crimes, então seu lugar natural é, na melhor das hipóteses, o ostracismo, e na pior, a pena capital, como ainda acontece em alguns países. Considerado um doente, ele é objeto do olhar clínico e deve se submeter a terapias que a ciência lhe recomenda, em especial os eletrochoques utilizados no Ocidente até os anos 1960. Se as formas mais sutis de homofobia denotam uma tolerância em relação a lésbicas e *gays*, isso só é feito atribuindo-se a esses sujeitos um lugar marginal e silencioso, o de uma sexualidade considerada incompleta ou secundária. (Borrillo, 2009, p. 18)

Com relação ao casamento homossexual, as dificuldades têm sido ainda muito grandes, em função da rejeição configurada principalmente através da atuação dos grupos fundamentalistas cristãos, que se apoiam em interpretações subjetivas da Bíblia, em minha opinião, por vezes, retrógradas. No Brasil, o poder judiciário em alguns casos anda na frente da sociedade. O poder legislativo encontra-se travado em função dos grupos religiosos fundamentalistas cristãos.

Por precisar de apoio na câmara e congresso, em que necessita de votos dos parlamentares para aprovar matérias e governar, o poder Executivo, no Brasil, tem sido refém dos mais diversos partidos, inclusive dos fundamentalistas cristãos, negligenciando demandas de grupos minoritários nem sempre bem vistos por estes parlamentares.

Com este cenário, o poder executivo, embora tenha uma série de ideias e ideais deliberados e transformados em programas, no papel, quase nada executa, não dando continuidade aos inúmeros projetos e programas

desenvolvidos nos últimos anos, tal como o programa *Brasil sem Homofobia*, lançado em 2004.

A situação ficou evidente e entrou para a história na recente eleição do pastor da Assembleia de Deus e deputado pelo Partido Social Cristão (PSC), Marco Feliciano para presidir a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados. O parlamentar é acusado de homofobia, racismo e misoginia. Está sendo processado por estelionato e homofobia no âmbito do Supremo Tribunal Federal. O fato tem gerado comoção nos mais diversos setores da sociedade brasileira e motivou o pedido da própria Anistia Internacional para que o pastor-deputado seja afastado do cargo.

Embora haja um cenário internacional bastante favorável pressionando para o encaminhamento de modificações nessa área, Marco Feliciano, assim como toda a bancada cristã, é contra o casamento gay. Ao que tudo indica, dificilmente esse quadro vai se solucionar de maneira suave, sem um profundo embate com os paradigmas de um conservadorismo historicamente forte no Brasil. Cabe lembrar que desde 2011 está sendo debatida a ideia de uma proposta do deputado Jair Bolsonaro, pertencente a um Partido paradoxalmente chamado de Progressista (PP), que pretende garantir à pessoa que necessite de sangue, no caso de uma transfusão, o direito de optar por receber sangue doado apenas por heterossexuais. Hoje o sangue é analisado e oferecido de forma unificada, mas passaria a ter uma discriminação classificatória separando o do heterossexual e o do homossexual².

Há um jogo de forças permanente entre os setores mais liberais e os ultraconservadores, estes no esteio dos grupos religiosos e seus fundamentalismos, o que vem fazendo com que se estabeleça uma verdadeira luta legislativa (interna), judiciária (interna) e legislativa x judiciária, tendo o poder executivo como plateia.

Estabeleceu-se um movimento de fluxo e refluxo entre a conquista de direitos por parte dos homossexuais e o surgimento de focos de profundo

² <http://mixbrasil.uol.com.br/pride/politica/bolsonaro-vai-apresentar-projeto-de-lei-para-separar-sangue-gay-do-hetero-nos-hospitais.html>. Acesso em 12/04/2013.

retrocesso, levando a debates de ideias anteriores à época em que se elaborava a Constituição de 1988.

O Projeto de Decreto Legislativo 234/11, por exemplo, que se popularizou como o projeto da "cura gay", recentemente aprovado na Comissão de Direitos Humanos das Minorias da Câmara dos Deputados, suspende a validade de uma resolução de 1999, do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que impede psicólogos de atenderem homossexuais (LGBT) para tratamento de alguma suposta "desordem psíquica". Com a classe política atemorizada pela pressão que veio das ruas, especialmente no mês de junho de 2013, o projeto acabou sendo retirado pelo seu autor, deputado João Campos, do PSDB de Goiás, alegando falta de apoio de seu próprio partido.

Na semana seguinte, o deputado federal Salvador Zimbaldi, do PDT de Campinas, apresentou um substitutivo ao projeto de lei 5921/200, que regulamenta a publicidade para crianças no país. Nos comerciais destinados a crianças e adolescentes, o texto pretende limitar a representação de “família” apenas à prevista no artigo 226 da Constituição: aquela restrita à união entre um homem e uma mulher.³

Em 5 de maio de 2012, contrastando com o poder legislativo, o judiciário, por meio do Supremo Tribunal Federal, decidiu por unanimidade equiparar as relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis entre homens e mulheres. A união homoafetiva foi reconhecida como um núcleo familiar como qualquer outro, embora não possa ser considerada como um casamento porque não existe, na legislação brasileira, a expressão “união civil”. No direito existe uma igualdade ou uma desigualdade. Para estender à população homossexual a igualdade com relação ao casamento civil, deve haver legislação específica. Mais uma vez, como foi conceituado no trabalho já referido de Peter Fry, *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*, o país da política dos “quases” (“quase negro”, “quase bicha”, “quase branco”) conseguiu criar o “quase casamento”.

No momento em que escrevo, não há legislação específica para o casamento homoafetivo, embora já tenha sido criada jurisprudência, em vários

³ <http://infancia livre de consumismo.com/index.php/pl-592101-um-resumo-para-leigos>. Acesso em 07/09/2013.

estados, em função da decisão afirmativa de juízes, respaldados pelo Superior Tribunal de Justiça, com base na decisão do Supremo Tribunal Federal.

Outro formato que está se generalizando são as uniões civis estáveis. Em 9 de dezembro de 2012, no Rio de Janeiro, considerado a capital gay do planeta, aconteceu um evento tido como o maior casamento homossexual do mundo, quando na mesma cerimônia foi efetuada a união civil estável de 92 casais. Vale ressaltar que 70% dos casais eram do sexo feminino⁴. Mas o Rio de Janeiro, mesmo sendo considerado o principal destino gay do mundo, até hoje não está entre os estados em que os juízes se anteciparam e aprovaram o casamento homoafetivo.

Esse atraso é apontado também por Peter Fry, antropólogo que desenvolveu estudos pioneiros no campo da homossexualidade. Inglês, naturalizado brasileiro, mudou-se para o Brasil ainda jovem, na década de 1970, identificando no país um “oásis liberal no mundo”, porque nunca criminalizou a homossexualidade, ao contrário da Inglaterra, onde até 1967 a homossexualidade era crime que previa dois anos de trabalho forçado. Fry tem uma visão bem peculiar com relação ao casamento homoafetivo:

Eu sempre fui contra os rótulos. Nós falávamos de geração, a minha geração foi contra todos os rótulos, sobretudo os rótulos homossexual/heterossexual e esse rótulo continua. Eu, por exemplo, se quisesse formalizar uma união estável no cartório, união homoafetiva, recusaria. Com esse nome não vou, porque ou é uma união ou não é uma união. Eu acho que a arte da modernidade seria realmente desenvolver uma legislação que ignorasse o significado do sexo e da orientação sexual, deixando as pessoas definirem as questões de foro íntimo, definirem quem são. Não precisaria ficar em documentos, etc⁵.

Existem demandas urgentes, se considerarmos o cenário configurado pelos registros e dados atuais, como a aprovação da criminalização da homofobia, comumente conhecida como PLC 122/06. O grande entrave para o avanço na conquista de direitos da suposta minoria homossexual, na prática, está no grupo de fundamentalistas cristãos, que tem grande presença na mídia dirigida às classes mais populares e parou o legislativo.

⁴ <http://oglobo.globo.com/rio/noventa-duas-unioes-gays-sao-oficializadas-no-rio-6990183>. Acesso em 05/04/2013

⁵ Entrevista concedida ao programa *Milênio*, da emissora Globonews, de televisão a cabo, cujo tema era o debate do casamento gay em todo o mundo, exibido em 09/04/2013.

O conservadorismo brasileiro perpassa os mais variados setores, extrapolando a política e a mídia, alcançando a educação, nos seus diversos níveis, numa trajetória que vai da cultura popular às universidades. Se refletirmos sobre o que está acontecendo neste ano de 2013, no Brasil, as manifestações generalizadas de protesto, um cenário que revela o grau de distanciamento do Estado e dos supostos representantes do povo, bem com dos partidos políticos e da própria mídia com relação à população, temos um quadro, no mínimo, preocupante.

O fascismo contemporâneo resulta, mais uma vez, de partidos políticos que renunciaram à sua tradição intelectual, de intelectuais que cultivaram um niilismo complacente, de universidades que já não são dignas desse nome, da ganância do mundo de negócios e de *mass media* que preferem ser ventríloquos do público em vez de o seu espelho crítico. São estas as elites corrompidas que alimentam o vazio espiritual, contribuindo para uma nova expansão do fascismo. (Riemen, 2012, p. 75)

Enquanto a situação perdurar, será difícil algum avanço nessa área, uma vez que se trata de uma resistência baseada em dogmas. Como tal, não são postos em discussão.

A maioria das culturas, em toda a história, concedeu um “espaço” à homossexualidade para que ela pudesse existir em público, enfrentando pouca ou nenhuma intolerância. A prática de actos homossexuais podia, nessas sociedades, atrair a indiferença ou a irrisão e, quando realizada com exclusão da procriação, enfrentar a reprovação. A realidade, porém, é que a vasta maioria das culturas reconheceu que a atracção homossexual é apenas uma faceta da condição humana. O cristianismo, por outro lado, optou por construir o sexo, os actos sexuais e a sexualidade de uma maneira totalmente contrária ao padrão adoptado por quase todas as outras culturas humanas durante toda a história registrada. Por outras palavras, no contexto da história e cultura humanas, é a resposta (judaico)-cristã à homossexualidade que se afigura *anormal* e *antinatural*. (Naphy, 2006, p. 285)⁶

⁶ William Naphy é professor e diretor de Teologia, História e Filosofia da Universidade de Aberdeen, Escócia.

5.1.2 - inclusão das unidades familiares identificadas como uniões homoafetivas no Censo Demográfico de 2010

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, atendendo a demandas de setores governamentais, por ocasião do Censo Demográfico de 2010, abriu a possibilidade de registro de cônjuge ou companheiro de mesmo sexo que o responsável pelo domicílio, levando a investigação à totalidade da população, com o intuito de identificar e enumerar as relações homoafetivas.

A qualidade estatística do resultado pode ser considerada como pífia, uma vez que apenas 58.000 unidades domésticas se declararam como unidades familiares com união homoafetiva num universo em torno de 58 milhões, ou seja, 0,1% do total de unidades pesquisadas no país, percentual extremamente baixo considerando a totalidade dos domicílios.

Os resultados são apresentados no volume temático *Nupcialidade, Fecundidade e Migração*, na série de publicações que divulgaram os resultados finais da amostra do Censo 2010. A distribuição por sexo das pessoas, nesse tipo de união, mostrou que 53,8% eram constituídas entre mulheres e 46,2% entre homens. Quanto ao nível educacional, 25,8% declararam possuir superior completo. Em termos religiosos, houve predominância de pessoas católicas (47,4%), seguida por pessoas sem religião (20,4%). O estado civil preponderante foi de solteiros (82,0%), seguido de casados (13,0%). A natureza da união foi a consensual para 99,6% das uniões homoafetivas. Mais da metade dessas uniões se encontrava na Região Sudeste.



Gráfico 1: Gráfico da publicação *Nupcialidade, Fecundidade e Migração, Resultados da Amostra* (IBGE, 2012, p.72).

Os resultados precisam ser vistos com muito cuidado, tanto pela novidade do fenômeno do ponto de vista da captação, como por se tratar de um evento raro, do ponto de vista estatístico. Se tentarmos detalhar, regionalizar ou cruzar dados, a margem de erro pode superar a 50%, em função da quantidade reduzida de respostas, o que compromete a qualidade da amostra.

Pode-se aproveitar o fato de que há um número maior de respondentes com uniões homoafetivas no sudeste, o que pode ser explicado pela densidade populacional e o elevado grau de urbanização dessa região. Cabe, também, destacar o fato de que 53,8% eram uniões homoafetivas femininas. Se considerarmos que no maior evento de uniões homoafetivas, acontecido no Rio de Janeiro, 70% eram casais de mulheres, pode-se cogitar que talvez isso venha a se consolidar como uma tendência em futuras pesquisas.

A inclusão de uniões homoafetivas no Censo 2010, em face de todo o cenário caracterizado nesse trabalho, evidencia o que não deve ser feito em uma iniciativa dessa natureza: os descompassos na condução do assunto pelo Estado e a lógica da espetacularização de iniciativas que rege a ação de órgãos públicos quando lidam com a mídia.

O IBGE é considerado uma instituição de excelência na área da geografia e da estatística no cenário nacional e internacional. A missão institucional do IBGE é "*retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania*".⁷ Para cumpri-la, é indispensável que a sua principal ferramenta de trabalho – a pesquisa – seja realizada dentro dos mais elevados níveis de qualidade.

O cenário em que a homossexualidade vem se legitimando no Brasil apresenta um campo de forças muito difícil. É muito árduo o histórico de lutas para a obtenção de algumas conquistas relevantes para a saúde da sociedade brasileira. O desenvolvimento da pesquisa das uniões homoafetivas deveria ter sido a consequência de todo um trabalho preparatório, com o envolvimento dos setores que têm trabalhado junto aos movimentos homossexuais, a participação dos próprios grupos e a sensibilização da população a responder.

Incluir uniões homoafetivas em trabalho censitário, que acontece a cada década, com dimensão nacional, não é uma coisa a ser feita apenas

⁷ <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao>. Acesso em 04/09/2013.

introduzindo uma pergunta em um questionário ou se limitando à disseminação dessa inclusão na rede midiática. A divulgação do que seria feito, nesse caso, serviu mais para trabalhar uma imagem de vanguarda para o governo, ou seja, na forma de notícia jornalística, funcionou mais como marketing, publicidade e propaganda, do que como divulgação e preparação efetiva do respondente-cidadão homossexual.

O caso da inclusão das uniões homoafetivas no Censo 2010 é um exemplo de como não se deve trabalhar no campo da comunicação social, no plano da investigação censitária. Por todo o histórico e a cultura de preconceito que sempre sofreu, o tema requeria um trabalho de comunicação que fosse além da divulgação oportunista do fato na mídia em geral.

Ocupar o horário nobre dos telejornais das emissoras de televisão confiando na centralidade da mídia, não substitui a sensibilização efetiva do público de uma forma horizontal, através dos mais diversos instrumentos de comunicação, somado ao preparo dos entrevistadores, e o empenho na criação do ambiente propício para que se obtivesse um resultado estatisticamente aproveitável.⁸

⁸ Uma iniciativa que poderia contribuir para o acultramento e a maior precisão nesse trabalho, que me foi sugerida por José Carlos Rodrigues, orientador dessa dissertação, seria incluir as unidades familiares homoafetivas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, através da qual são levantadas informações anuais mais detalhadas sobre características demográficas e socioeconômicas da população, tendo como unidade de coleta os domicílios.

5.2 – Conexões com a mídia

Nos anos 50 era praticamente nula a visibilidade de homossexuais na mídia. Quando isso acontecia, a forma como eram representados oscilava entre o homossexual violento e o homossexual afeminado. A homossexualidade era caracterizada como uma coisa exótica, bizarra, diferente ou anormal, procurando-se quase sempre alavancar índices de leitura ou audiência. (Nunan, 2003, p. 100)

O homossexual violento aparecia basicamente no noticiário, geralmente associado a crimes sexuais, compondo uma identidade ligada à vida marginal, relacionado a travestis, garotos de programa e situações excepcionais de crime. Por sua vez, o homossexual afeminado era frequente em programas humorísticos. A televisão brasileira é pródiga em personagens de programas desta natureza - todos caindo na simpatia do público, especialmente das crianças. Bons exemplos prevaleceram no imaginário do grande público. *Painho*, personagem criado por Chico Anísio, pai-de-santo homossexual que representa a fusão de candomblé e homossexualidade, muito frequente na realidade brasileira. *Capitão Gay*, criado por Max Nunes, a contrafação do mito do super-herói que Jô Soares encarnava. Os diversos esquetes de chacota às identidades de gênero homossexuais apresentados por Os Trapalhães. *Pitbicha*, de Tom Cavalcante, cujo nome deriva da raça de cães *pitbull*, tida como a mais agressiva e assassina e bicha, homossexual. O personagem jogava, no nome e no comportamento, com os dois lados com que sempre foram apresentados os personagens homossexuais na cultura midiática brasileira: violência e afeminação.

O site oficial de Chico Anísio apresenta 155 personagens criados ao longo da carreira do ator, comentarista, compositor, humorista, pintor, radialista, roteirista. Identifica oito quadros de personagens associados à homossexualidade.⁹ Chico Anísio foi o humorista que melhor caracterizou as variações das identidades de gênero homossexuais, desenhando com sutileza as nuances dessa homossexualidade e, mais importante, evidenciando o comportamento bissexual, ironizando a conduta de se manter “dentro do

⁹ <http://redeglobo.globo.com/platb/chicoanysio/personagens/>. Acesso em 10/07/2013.

armário”, bem caracterizada pelos personagens *Doutor Rosseti Bravo* e *Haroldo P. Brazão*.

Numa cultura midiática em que se trabalhava com o binômio “violência x afeminação” e o homossexual era retratado de forma tão limitada, cabe uma visita à riqueza de composição criativa dos personagens homossexuais de Chico Anysio.

Quadro 1: Personagens Homossexuais de Chico Anysio¹⁰

Personagem	Descrição	Bordão
Bóris	Carnavalesco que usa todas suas economias para se travestir em bailes de carnaval. Possui rivalidade com outro carnavalesco (Cecil Thiré)	<i>“É deboche, é deboche...”</i>
Doutor Rosseti	Carlindo Rosseti Bravo é um empresário que esconde a homossexualidade e seu caso com o cirurgião plástico Dr. Pedro Logulo Paixão (Ariel Coelho/Leandro Hassum).	<i>“Um salto sete e meio, bordado de strass...”</i>
Haroldo	Haroldo P. Brazão é um <i>personal trainer</i> homossexual que sempre tenta, em vão, passar à condição de heterossexual. Porém, é sempre lembrado de seu antigo codinome – Luana – pelo amigo Leon (Paulette/Eduardo Martini).	<i>“Para com isso! Eu sou Haroldo, o hétero machão.”</i> <i>“Agora sou hétero. Mordo você todinha!”</i>
Mariano	Mariano Rego dos Prazeres é um estilista que já vestiu as mulheres mais ricas e famosas do mundo. Tem uma ótima relação com o filho Reginaldo, homossexual como ele.	<i>“Póóóde...? Guerra de perereca!”</i>
Marmo Carrara	Delegado que tem como parceiro, o detetive gay Menudo (Antônio Pedro).	<i>“São esses meus olhos cor de mel...”</i> <i>“Mas por que eu? Logo eu, com</i>

¹⁰Retirado do site: <http://redeglobo.globo.com/platb/chicoanysio/personagens/>. Acesso em 10/07/2013.

		<i>esta cara de macho?”</i>
Olegário Rapp	Personagem afeminado que vivia às voltas com bonecas de plástico.	Sem referência
Oswaldão	Oswaldão Leão Coelho é um banqueiro, cujo filho Rodolfo (Felipe Martins) sonha em ser bailarino.	Sem referência
Painho	Ruy de Todos os Santos é um pai-de-santo homossexual nascido na Bahia. Pessoas importantes da sociedade baiana sempre requisitam os serviços de Painho para que ele fale da sorte e futuro de cada um através dos búzios.	<i>“Afffe! Eu tô morta!”</i> <i>“Eu sou doooido por essa neguinha.”</i>

Desde a redemocratização do país, de forma gradativa, homossexuais, lésbicas, bissexuais e transexuais vêm obtendo maior espaço na mídia brasileira. No entanto, o aumento quantitativo dessa presença não tem sido acompanhado de maior positividade no tratamento conferido às mensagens.

A cobertura do comportamento de homossexuais e bissexuais, durante um bom tempo, a partir do final da década de 1980, girava em torno do tema da Aids. Com ela, a homossexualidade e a bissexualidade ocuparam cada vez mais espaço na mídia, não mais restritos aos programas humorísticos ou noticiários sensacionalistas. Se não era a Aids, os mais diversos jornais, revistas e a mídia eletrônica procuravam frequentemente explorar a variedade de fatos relacionados às diferenças de gênero de maneira sensacionalista, promovendo o constrangimento da associação à violência e induzindo ao choque com um suposto padrão moral.

O já extinto grupo Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, atento aos preconceitos e às discriminações, rastreava matérias divulgadas pela imprensa e as publicava em seus boletins:

“Homossexuais condenados pela Marinha” – o cabo Orlandino Vicente e o soldado Júlio Maciel foram condenados pela prática de “atos libidinosos”. *Folha da Manhã/Porto Alegre, 20/01/1979.*

“Maluf diz que homem deve gostar de mulher” – o deputado federal Paulo Maluf – PDS/SP, o mais votado do Brasil, em 1982, afirmou que a “homossexualidade” é “uma aberração”. *Jornal do Brasil/RJ*, 24/08/1984.

Um comentário do diretor do jornal “A Tarde” - “... quando houve a ‘peste suína’ no Brasil, a solução foi a erradicação dos porcos ameaçados de contágio. Portanto, a solução tem de ser a mesma: a erradicação dos elementos que podem transmitir a ‘peste gay’. Só assim se acabaria com a Aids”. *“Tempo Presente”/Salvador*, 14/02/1985.

“Jazadji diz que homossexuais devem ser afastados do convívio social” – o sr. Afanásio Jazadji, radialista, foi o deputado estadual mais votado (558.000 votos), pelo PDS/SP, em 1986. Segundo sua declaração a “homossexualidade” seria uma doença e os “homossexuais” deveriam ser isolados, alijados da sociedade, “por causa da peste gay”. *Folha de São Paulo/SP*, 19/07/1985.

“Polícia caça e expulsa os gays” – agentes da polícia federal expulsaram ‘homossexuais’ de Serra Pelada/Pará, depois de lhes terem raspado a cabeça e as sobrancelhas e de os terem humilhado. *Jornal do Brasil/RJ*, 28/07/1985.

“Caça a matador de travesti gera polêmica na polícia de São Paulo” – o delegado Paulo Eduardo Santos, da polícia de São Paulo, declarou ser favorável a que se soltassem cachorros atrás dos travestis que se prostituem, mas foi contrário a matá-los, como defendiam alguns policiais, por considerar uma violência demasiada. *Folha de São Paulo/SP*, 8/7/1986.

“Quércia é desmunhecado, afirma Antônio Ermírio” e “Filha de Ermírio ataca Maluf e Quércia com panfleto ofensivo” - o empresário Antônio Ermírio de Moraes, candidato a governador pelo PTB/SP, chamou seu adversário – Orestes Quércia – de “desmunhecado”, em uma das várias agressões políticas “comuns” em época de eleições. A filha do mesmo empresário distribuiu panfletos que qualificavam Orestes Quércia de “veado”. Respectivamente, *Folha da Tarde/SP*, 10/11/1986 e *Jornal do Brasil/RJ*, 27/10/1986.

“Coriolano não quer o homossexualismo na MPB” – o sr. Coriolano Fagundes, na época diretor da Divisão de Censura, proibiu a radiodifusão das músicas “Rubens” e “Império dos Sentidos” por terem fundo “homossexual”.¹¹ *Folha de São Paulo/SP*, 13/09/1986.

¹¹ Em carta, de 8 de outubro de 1986, ao Grupo Gay da Bahia, Coriolano afirmava que a homossexualidade é, antes de tudo, uma questão moral e que “todo o mundo civilizado norteia-se pela Bíblia, a qual condena esta orientação sexual”. O sr. Coriolano Fagundes não só considerou irrelevante a decisão do Conselho Federal de Medicina, de 9 de fevereiro de 1985 (extinção do 302.0 – classificação de homossexualidade como doença) como, também, ignorou o fato de que, no Brasil, o Estado é laico, sem vínculo oficial com qualquer religião. (Homossexualidade no Brasil – alguns casos noticiados na imprensa. Carta-resposta ao sr. George A.J.Siemensma, Coordenador de Pesquisas da Anistia Internacional, Amsterdam/Holanda)

“Baixarias do Malvadeza” – o jornalista baiano Francisco Alexandria foi jurado de morte pelo Ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, por ter publicado que este era corrupto e que tinha uma filha lésbica. Pouco depois (...) a moça suicidou-se. *Revista Afinal/SP*. 25/11/1986.

“Rapidinho” – o sr. Ivan Leal, jornalista, afirmou que gostaria de ver todos os homossexuais condenados ao forno crematório e que, ainda assim, lamentava que sobrassem as cinzas. *Jornal do Brasil/RJ*, 14/12/1986.

“Políciais tiram os travestis do centro de Cuiabá” – Folha de São Paulo, 22/09/1988.

“PM decreta guerra a homossexuais” – Diário do Nordeste, 23/09/1988

“Viados querem ser gente” – a propósito da revisão constitucional. *A Notícia, Rio de Janeiro*, 09/09/1993. (Câmara, 1993, p. 119 -123)

O trabalho desenvolvido pelo grupo Triângulo Rosa junto a órgãos imprensa e à opinião pública conseguiu uma vitória depois de dois anos de luta: a mudança no Código de Ética do Jornalista. Desde 1986, o artigo 10, letra d, passou a ter incluída, na sua redação, a expressão “...e de orientação sexual):

Art.10 – o jornalista não pode:

(...)

d) concordar com a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais, de sexo e de orientação sexual. (Silva, 1993, p. 124)

Ainda que as bases éticas e jurídicas, através de Códigos de Ética e da Constituição, estejam lançadas, na prática a abordagem da temática da homossexualidade enfrenta uma forte tendenciosidade quanto ao tratamento dado à informação. O sensacionalismo e a depreciação das identidades de gênero têm pautado a cobertura de fatos ligados ao tema. Com raras exceções, o que se vê no jornalismo da mídia de massa é a construção de uma percepção extremamente negativa.

Irineu Ramos Ribeiro em *A TV no Armário* (2010, p. 70) faz uma análise da cobertura realizada pelos telejornais da Band, SBT, Record, Globo, Cultura, Gazeta, Rede TV, Rede Mulher e das emissoras de TV por assinatura Globonews e Bandnews, tendo como foco a Parada do Orgulho Gay de São

Paulo, edição 2007. Ribeiro mediu os períodos de exposição da matéria, a abordagem temática, a edição, o enfoque da pauta e a condução da matéria, tendo acompanhado as reportagens desde cinco dias antes do evento e encerrando dois dias depois, o que fez um total de 48 notícias nos telejornais. Observando o critério de tempo, a Globo foi a que mais divulgou matérias. Ao todo 45'40" de noticiário, mais de três vezes o tempo disponibilizado pela segunda emissora, o SBT.

Porém, se teve o maior tempo de cobertura, mais da metade desse tempo foi de abordagem desfavorável aos gays. Ao citar a Parada, construía a matéria ancorada em outros aspectos, tais como um protesto de punks, a distribuição de seringas descartáveis e a morte de um turista europeu. A manifestação de punks, realizada três dias antes da Parada, foi um protesto contra a reunião do G8 (grupo dos países mais ricos do mundo), que acontecia na Alemanha. O protesto destruiu bancas de jornal, paredes de vidro das estações do metrô, fachadas de bancos e outros itens do mobiliário urbano. A cobertura do vandalismo, entrevistando os comerciantes atormentados, transcorreu tendo como pano de fundo o cuidado que se deveria ter dois dias depois, por ocasião da Parada. A emissora explorou todos os detalhes associando-os, de maneira recorrente ao evento da Parada, alimentando um clima de apreensão com relação ao perigo do que poderia acontecer.

Da mesma forma, a partir de uma matéria equivocada na *Folha de São Paulo*, que atribuía à organização da Parada Gay a distribuição de uma cartilha que orientava os participantes a não fazer uso coletivo de seringas descartáveis, se utilizassem drogas injetáveis, detonou o sensacionalismo na pauta das redes de TV. Todos acusavam a organização da Parada de estar incentivando o uso de drogas. Ninguém que tivesse recebido a cartilha foi entrevistado e não houve qualquer imagem sobre a sua distribuição. A cartilha era um fato criado para a captação de mais leitores e telespectadores. A veracidade das informações não foi apurada, os fatos foram editados e roubaram a visibilidade da chegada dos turistas na cidade para a Parada.

Mais adiante, viu-se que a cartilha nada tinha a ver com a organização do evento, uma vez que era uma produção do Ministério da Saúde, com apoio da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e da Prefeitura da cidade, orientando a preservação da saúde. Entre outras coisas, explicava a importância

de não dividir a seringa, para usuários de drogas injetáveis. Sugeria também o uso de preservativos e orientava os usuários de cocaína a não utilizarem cédulas de dinheiro, para evitar a contaminação por bactérias. Ela já era distribuída, em diversos eventos da cidade, e o seria, igualmente, nos pontos gays da cidade. Diante da situação criada pela mídia, o material foi recolhido e não mais distribuído.

Quanto ao turista, no dia seguinte ao da Parada, foi noticiado que a polícia procurava os suspeitos de participar do assassinato de um turista francês, em frente a um restaurante do bairro dos Jardins, durante a realização da Parada. Chegou-se a dizer que o turista “teria sido vítima de homofobia praticada por quatro esqueitistas, sendo que dois deles eram carecas” (sugerindo que os assassinos poderiam ser *skinheads*). (Ribeiro, 2010, p.75)

Algum tempo depois, foi constatado que a vítima do assassinato não havia participado da Parada. Estava na região, entrou no restaurante, conheceu três participantes da Parada no local e na saída foi assassinado.

Além dessas situações de constrangimento associadas à Parada, Ribeiro evidencia, por meio de uma análise detalhada da cobertura realizada pelas emissoras em diversas reportagens, o aspecto informativo e a vinculação da Parada ao interesse dos lucros, do que ela representa financeiramente para o comércio e para o negócio do turismo na cidade de São Paulo. Ao contrário da caracterização da Parada como uma ação que promove respeito às diferenças e à variedade de gêneros, evidenciando felicidade, alegria e descontração, o estudo evidencia uma cobertura jornalística enfatizando uma espécie de tolerância ao evento ancorada no dinheiro que é gerado pelo segmento gay. É como se a lucratividade proporcionada pela parada atenuasse o que ela supostamente representa em termos de transgressão, transtorno e ameaça para a cidade e seus valores tradicionais.

Em entrevistas com comerciantes, ao contrário de destacar a animação e a alegria da festa, os entrevistados apontaram claramente o seu interesse no lucro: “estamos preparados para receber o dinheiro dos participantes”. Ou então surgia a referência implícita à tolerância, quando um repórter pergunta, em determinado hotel, como seria a recepção aos gays: “somos treinados para tratar bem todos os clientes”. (Ribeiro, 2010, p.71)

O ambiente cultural em que a mídia de massa opera, o *mainstream*¹², historicamente apresenta as identidades de gênero gays de forma depreciativa, quase sempre como alguma coisa espalhafatosa, caricata. Esse ainda é um traço constante nos programas de auditório, nos programas humorísticos e na teledramaturgia. O *mainstream* reverbera os valores das orientações heteronormativa e heterossexista vigentes.

Ao contrário dos programas humorísticos e de auditório, quase sempre caricatos ou explorando de maneira sensacionalista as identidades de gênero, na teledramaturgia tem havido uma tentativa de conferir visibilidade à homossexualidade, tanto masculina como feminina, ora utilizando o humor, ora conferindo uma intensidade mais dramática aos personagens. Esse foi o caso do personagem Crô, mordomo gay interpretado por Marcelo Serrado na novela *Fina Estampa*, roteirizada por Aguinaldo Silva (como já sabemos, ex-editor do jornal homossexual *O Lampião da Esquina*) para a Rede Globo de Televisão que foi ao ar entre 2011 e 2012. Pelo viés do humor, o personagem homossexual agradava a todas as faixas de público, era adorado pelas crianças, e chegou a ter mais importância do que a própria novela. O ex-militante gay Aguinaldo Silva não parecia querer levantar qualquer bandeira, mas trabalhar a caracterização bem humorada para o personagem, algo que ampliasse a provável base de “simpatizantes”.

Já em *Amor e Revolução*, folhetim de Tiago Santiago, novela exibida pelo Sistema Brasileiro de Televisão, SBT, também entre 2011 e 2012, a atriz Dani Moreno viveu Marta, mulher apaixonada pela melhor amiga, um papel com densidade dramática. Interessante é que, ao falar sobre a orientação sexual da personagem, Dani Moreno dizia “eu não faço uma lésbica, faço uma mulher que é apaixonada por uma pessoa que, por acaso, é outra mulher”.¹³ A caracterização de lésbica parece ter um peso grande junto à opinião pública e a atriz tenta, na entrevista, fazer uma espécie de tutorial da situação afetiva da personagem. A mesma novela apresentou a cena de um beijo entre duas

¹² O termo está sendo empregado como algo familiar às massas, aos gostos, valores e comportamentos predominantes majoritariamente na mídia de massa, algo que se opõe ao *underground*, ao alternativo, ao independente.

¹³ <http://diversao.terra.com.br/tv/gays-espalhafatosos-ganham-espaco-na-teledramaturgia-do-pais,76f18e5953fdc310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>. Acesso em 1/6/2013.

mulheres, o que foi considerado na época como o primeiro beijo gay da televisão brasileira.¹⁴ As atrizes Giselle Tigre e Luciana Vendramini protagonizaram a cena interpretando, respectivamente, Marina e Marcela. Marina, mulher rica, que não se vê como homossexual, mas se apaixona por sua advogada, Marcela. O diálogo travado entre Marina e Marcela, intercalado pelo beijo, colocava na mídia de massa toda a tensão que envolvia o ato, o fato, suas repercussões e as conexões históricas.

As atrizes Giselle Tigre e Luciana Vendramini protagonizaram a cena interpretando respectivamente Marina e Marcela. Marina, mulher rica, não se vê como homossexual, mas se apaixona por sua advogada, Marcela. O diálogo travado entre Marina e Marcela, intercalado pelo beijo, colocou na mídia de massa toda a tensão que envolvia o ato, o fato, suas repercussões e suas conexões históricas.

A tensão da condição feminina face à heteronormatividade e o heterossexismo, o desejo e o ímpeto que levam ao beijo e à cena de carinho e envolvimento afetivo intenso, são mediados pela ancoragem do texto que racionaliza o fato de forma gradual, deslocando o ato para um exercício reflexivo sobre a condição da mulher. Com isso trabalha a metabolização da cena por parte do telespectador, conduzindo o argumento de forma a propiciar a entrada da personagem Marina no “armário”.

Marina: "Você é uma mulher muito bonita, Marcela, sensual, essa situação toda é inesperada pra mim, mas de alguma maneira, é excitante, eu confesso, é uma surpresa muito grande..."

Marcela: "Assim você me provoca".

(cena do beijo de quase um minuto)

Marina: "Para, Marcela, por favor..."

Marcela: "Não, não quero parar".

Marina: "Você tá indo muito rápido".

Marcela: "Então, tenho alguma chance?"

Marina: "Não, eu não sei, eu não sei... perdão, eu não quero criar mais ilusões, eu admiro muito essa sua coragem, esse seu despudor, mas eu não me imagino tendo uma relação assim. Talvez seja um pouco de medo, de preconceito..."

¹⁴ Embora a mídia tenha noticiado desta forma, há o registro histórico de que o primeiro beijo gay ocorreu na TV Tupi, em 1963, também entre duas mulheres, as atrizes Vida Alves e Geórgia Gomide, no teleteatro *A Calúnia*. Vida Alves também protagonizou o primeiro beijo heterossexual da televisão, com o ator Walter Forster. Curiosamente, quando entrevistada, Vida Alves diz que não gostaria de ver dois atores se beijando em cena, “não acho esteticamente bonito”: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI232912-15220,00-VIDA+ALVES+ELA+DEU+O+VERDADEIRO+PRIMEIRO+BEIJO+GAY+DA+TV+BRASILEIRA.html>. Acesso em 24/06/2013.

Marcela: "Eu entendo, nós mulheres começamos a abrir a boca agora, eu sei como nossa sexualidade é reprimida. Sei também quando incomoda, quando dizemos o que queremos, os homens se sentem ameaçados".

Marina: "É...se somos reprimidas com os homens, imagina com outra mulher".

Marcela: "Você não imagina a raiva que podemos causar, quando descobrem que a gente pode sentir prazer sem a participação de um homem".

Marina: "Eu posso imaginar, quer dizer, eu não posso imaginar o prazer sem um homem, quer dizer, sem pelo menos um homem de vez em quando".

Marcela: "Eu sei, eu te entendo, não precisa explicar, mulheres gostam de homens".

Marina: "Você nunca se relacionou com um homem?".

Marcela (deslizando as mãos pelo pescoço de Marina): "Muitas vezes gostei da maioria deles, mas eu gosto mais... de mulher, da maciez da pele, do cheiro delicado, do batimento...".

Marina: "Marcela, por favor...".

Marcela: "Desculpa...".

Marina: "Mas o beijo foi bom?".

Marcela: "Foi, mas é melhor a gente parar por aqui".

Marina: "Eu entendo, eu lamento mas eu entendo".

Marcela: "Além do mais eu não quero perder seu carinho, nem nossa amizade".

Marina: "Fique tranquila, eu sei administrar as minhas frustrações".

Marcela: "Fica só entre a gente, tá certo?".

Marina: "Eu ia te pedir a mesma coisa"¹⁵

Ainda sobre *Amor e Revolução*, é curioso notar que havia sido previsto um beijo gay masculino entre os personagens interpretados por Lui Mendes e Carlos Artur Thiré, respectivamente Jeová e Chico, mas a direção do Sistema Brasileiro de Televisão, preocupada com a repercussão entre a audiência conservadora, entendeu que “o beijo entre dois rapazes seria um passo além do beijo lésbico”.¹⁶

A direção da emissora decidiu adotar a mesma estratégia da TV Globo, que referencia a aproximação entre dois homens através de abraços, leves carícias, mas não o beijo. Um bom exemplo desse fato é o da novela *América*, que foi ao ar em 2005, em que os personagens Junior, interpretado por Bruno Gagliasso e Zeca, por Erom Cordeiro, chegaram a gravar um beijo que acabou sendo censurado pela emissora.

¹⁵<http://www.youtube.com/watch?v=zH4qi-YqGL8>. Acesso em 15/6/2013.

¹⁶ <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/zapping/936855-sbt-corta-beijo-gay-masculino-da-novela-amor-e-revolucao.shtml>. Acesso em 20/07/2013.

O corte da cena aconteceu depois de toda a expectativa criada pela mídia e frustrou a parte menos conservadora da audiência. O fato ganhou destaque internacional e repercutiu até no site da BBC.¹⁷ No primeiro semestre de 2013, a Globo voltou a insinuar que realizaria o primeiro beijo gay masculino em telenovelas, no caso, na novela *Amor à Vida*.¹⁸ Há uma tensão entre a promessa noticiada do beijo gay, que aumenta a audiência, e a sua realização que, ao não ocorrer, frustra uma boa parte de telespectadores.

O portal brasileiro Universo On Line, UOL, na seção *Entretenimento – Televisão e Novelas*, apresenta um álbum sobre personagens homossexuais da teledramaturgia. Cobre todo o período compreendido entre 1970 e 2011, nas diversas emissoras, identificando os personagens gays das telenovelas. São ao todo 37 personagens, sendo 24 homens e 13 mulheres.¹⁹ Embora o levantamento aponte cerca de o dobro de personagens gays masculinos, o momento afetivo do beijo entre homens encontra dificuldade em seguir o seu curso midiático na teledramaturgia *mainstream*.

A afetividade se apresenta como algo exclusivo da mulher. Duas mulheres se beijando, submetidas ao olhar masculino, reforça o domínio masculino sobre as mulheres e corresponde a uma fantasia frequente entre os homens ocidentais. Dois homens se beijando para o olhar masculino, ou feminino, representaria a fragilização do padrão “macho-branco-ocidental-dominador”. Da mesma forma, cabe ponderar sobre o *quantum* de misoginia há com respeito à possibilidade de a mídia ir adiante, assumindo o beijo masculino em caráter *mainstream*. Talvez o afeto de dois homens, expresso através do beijo na boca, os encaixaria no padrão romântico reservado apenas às mulheres, tidas como periféricas ao homem, o que não seria condizente com uma política de afeto androcêntrica.

¹⁷<http://www.ofuxico.com.br/noticias-sobre-famosos/polemica-do-beijo-gay-de-america-ganha-destaque-internacional/2005/11/08-12401.html>. Acesso em 20/07/2013.

¹⁸ <http://ego.globo.com/beleza/noticia/2013/07/estou-preparado-diz-anjinho-de-amor-vida-sobre-possivel-beijo-gay.html>. Acesso em 22/07/2013.

¹⁹http://televisao.uol.com.br/album/personagens-gays-novelas_album.htm#fotoNav=12. Acesso em 22/07/2013.

Em redes de televisão a cabo o beijo na boca entre homens é frequente, o que pode ser facilmente observado em séries importadas como *Queer as Folk*, *Glee*, *Downtown Los Angeles* e tantas outras. Em programas de tv por assinatura, com destaque para os da MTV, são muito comuns os quadros de namoros e beijos gays, tais como *Luv Tv* ou *Fica Comigo*.

Na literatura, em teatro e no cinema, as abordagens e os momentos gays, quando ocorrem, o beijo entre homens ou entre mulheres, costuma acontecer com maior frequência e fluidez. As características peculiares destas mídias, mais seletivas, aliadas ao maior nível de escolaridade do público, conduzem a isso. No entanto, é uma temática ainda pouco explorada, se consideramos as possibilidades estéticas e mercadológicas que representam.

Desde 2011 o Rio de Janeiro hospeda o *Rio Festival Gay de Cinema*, que teve em 2013 a sua terceira edição, trazendo filmes de longa e de curta metragens, brasileiros e estrangeiros produzidos em torno do tema, sensibilizando o público com relação às diversas nuances da realidade homossexual. O festival mobiliza plateias do mundo inteiro e promove um verdadeiro ciclo de debates sobre o tema.

Para compreender as relações da homossexualidade com o cinema brasileiro, vale recorrer a Antonio do Nascimento Moreno que, em 1995, na conclusão do Curso de Mestrado em Artes Audiovisuais, apresentou como dissertação, na Universidade Estadual de Campinas, o trabalho *A Personagem Homossexual no Cinema Brasileiro*. Nele, Moreno apresenta a análise de um conjunto de 67 filmes, escolhidos a partir de uma lista de 125 que mostravam personagens homossexuais. Ele examina, a partir de uma perspectiva sociocultural, o discurso apresentado pelo cinema brasileiro sobre a personagem homossexual.

Através de esquemas classificatórios, o estudo confere o teor do discurso de abordagem da personagem homossexual, avaliando se foi ou não pejorativa ou se houve repetição de modos gestuais que prefigurassem a formação de um modelo de padrão estereotipado de personagem. Os resultados são muito significativos.

Quadro 2: Síntese dos resultados da pesquisa:
A Personagem Homossexual no Cinema Brasileiro

Filmes com teor pejorativo	Filmes com teor não pejorativo	Filmes com teor dúbio
62,68% (42 filmes)	25,38 (17 filmes)	11,94 (8 filmes)

Gestualização não estereotipada	Gestualização Estereotipada	Gestualização Inexistente
52,23% (35 filmes)	44,77% (30 filmes)	3,00% (2 filmes)

Características das resultantes aplicadas aos filmes analisados, sobre homossexualismo, e a sua percentagem de incidência. Observação: no nome dado à Resultante, composto por dois adjetivos, o primeiro incide sobre o Discurso do filme a respeito do homossexualismo, e o segundo, sobre a Gestualidade empregada no personagem. Logo abaixo, a percentagem encontrada para cada Resultante entre os 67 filmes analisados.		
RESULTANTE 1- R1 discurso PEJORATIVO ESTEREOTIPADO Onde a personagem está presente. O gestual esdrachado e discurso pejorativo 43,30% - 29 filmes	RESULTANTE 1 – R1 discurso PEJORATIVO NÃO ESTEREOTIPADO Onde a personagem está presente. O gestual é contido e discurso pejorativo 17,90 % - 12 filmes	RESULTANTE 1 – R1 discurso PEJORATIVO AUSENTE/INEXISTENTE Onde a personagem está ausente. O gestual não existe e discurso pejorativo 2,98% - 2 filmes
RESULTANTE 2 – R2 discurso NÃO PEJORATIVO ESTEREOTIPADO Onde a personagem está presente. O gestual é esdrachado e discurso humanístico 4,47% - 3 filmes	RESULTANTE 2 – R2 discurso NÃO PEJORATIVO NÃO ESTEREOTIPADO Onde a personagem está presente. O gestual é contido e discurso é humanístico 19,40% - 13 filmes	RESULTANTE 2 – R2 discurso NÃO PEJORATIVO AUSENTE/INEXISTENTE Onde a personagem está ausente. O gestual não existe e discurso humanístico Nenhum
RESULTANTE 3 – R3 discurso DÚBIO ESTEREOTIPADO Onde a personagem está presente. O gestual é esdrachado e discurso dúbio Nenhum	RESULTANTE 3 – R3 discurso DÚBIO NÃO ESTEREOTIPADO Onde a personagem está presente. O gestual é contido e discurso dúbio 11,95% - 8 filmes	RESULTANTE 3 – R3 discurso DÚBIO AUSENTE/INEXISTENTE Onde a personagem está ausente. O gestual não existe e discurso dúbio Nenhum

(Moreno, 1995, p. 129)

Com base nos resultados obtidos e na análise dos filmes, chega a uma importante e bem fundamentada conclusão:

Do exposto conclui-se que o retrato social do homossexual atual feito pelo cinema brasileiro é, no mínimo, drástico. Pois, dos filmes analisados, poucos se preocuparam em dar um tratamento humanístico ou viram o homossexual como um ser que tem direito de escolha sexual. Resumindo as qualidades atribuídas às personagens homossexuais nos filmes brasileiros analisados, o retrato social do

homossexual, em forma condensada, seria a de um sujeito alienado politicamente; existente em todas as classes sociais, com preponderância na classe media baixa, onde, geralmente, tem um sub-emprego; de comportamento agressivo e que usa, frequentemente, um gestual feminino exacerbado, o que se estende ao gosto pelo vestuário; e que, nos relacionamentos interpessoais, mostra tendência à solidão e é incapaz de uma relação monogâmica pois utiliza-se de vários parceiros, geralmente pagos, para ter companhia. É um modelo cruel. Mas é a visão que se depreende e que, especularmente, existe sobre o assunto. Está expressa nos filmes brasileiros que podem ser vistos e comparada com o cotidiano da sociedade brasileira. (Moreno, 1995, p. 144)

Nos últimos anos, após o engajamento institucional do poder público com a questão homossexual e das diversas iniciativas no sentido de promover maior “simpatia” à percepção e convivência com a “diversidade”, tem havido um grande avanço com relação à visibilidade, não necessariamente negativa, na exposição da homossexualidade.

Por ocasião da 1ª Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, foram aprovadas 12 propostas para a área da comunicação do Brasil.

1.Desenvolver, nas três esferas do poder, políticas públicas focadas na utilização dos meios de comunicação de massa como instrumentos de promoção da cidadania LGBT.

2.Criar na Secom/PR (Secretaria de Comunicação da Presidência da República) uma portaria para garantir o reconhecimento do segmento LGBT (com recortes de identidade de gênero, ético-racial e geracional) da população brasileira.

3.Promover campanhas publicitárias de combate à discriminação e de valorização da população LGBT, bem como de suas uniões homoafetivas em diversas mídias, públicas e privadas, garantindo acessibilidade em libras, braile, letras ampliadas, bem como em formato digitalizado e audiovisual.

4.Estimular, através de editais públicos, produções audiovisuais com temas relacionados à população LGBT, privilegiando a livre orientação sexual e identidade de gênero.

5.Fortalecer o movimento pela democratização da comunicação, especialmente no tocante à reativação do Conselho Nacional de Comunicação, garantido-a como direito humano.

6.Reconhecer, como oficiais, as datas comemorativas da comunidade LGBT e as visibilizar, promovendo campanhas publicitárias de utilidade pública a serem veiculadas nos espaços de publicidade paga

do governo e nos veículos de comunicação governamentais, estaduais, a saber: 29 de janeiro (visibilidade das travestis), 17 de maio (luta contra a homofobia), 28 de junho (orgulho LGBT), 29 de agosto (visibilidade lésbica).

7. Classificar como inadequadas para crianças e adolescentes obras audiovisuais que apresentem conteúdos homofóbicos, racistas ou degradantes à população LGBT, em atenção à Portaria 264//07, que regula a classificação indicativa para a programação de filmes, espetáculos e programas de televisão no Brasil.

8. Garantir que todos os meios e veículos de comunicação pública tenham em sua grade ou programação assuntos relacionados às temáticas LGBT com o objetivo de promover, garantir, realizar e dar visibilidade aos direitos humanos e cultura desta população.

9. Criar, no Ministério da Justiça, uma comissão permanente em comunicação e orientação sexual/identidade civil LGBT, a fim de combater a discriminação e a homofobia.

10. Garantir a laicidade nos processos de outorgas das concessões públicas de rádio e TV.

11. Revogar o caráter consultivo do Conselho Nacional de Comunicação o tornando normativo e deliberativo e assegurar representatividade para a população LGBT.

12. Criar mecanismos de profissionalização, no âmbito dos Conselhos Nacionais e outros espaços de controle social, no intuito de inibir a utilização dos corpos como mercadoria em campanhas publicitárias, especialmente os corpos de mulheres.

(Mendes, 2011, p. 159)

Os 12 itens apontam para uma nova política de convivência com a população LGBT. Resta saber, como no caso da Constituição de 1988, quando as palavras se transformarão em ação concreta. Na prática, estamos diante de um cenário que, seja no plano do poder executivo como do legislativo, aponta para o retrocesso, salvo algumas raras conquistas, obtidas com grande dificuldade, no plano do poder judiciário.